

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.968 - RJ (2019/0074639-0)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : MOISES RIBEIRO DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : NATHANAEL LISBOA TEODORO DA SILVA - RJ160042**  
**SIDNEI NAZARE DE OLIVEIRA - RJ174555**  
**AGRAVADO : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**  
**ADVOGADOS : ELISIA HELENA DE MELO MARTINI - RN001853**  
**HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO - SP221386**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS. QUITAÇÃO ANTECIPADA. ABATIMENTO DEMONSTRADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que houve abatimento da dívida decorrente da quitação antecipada e que o recorrente não trouxe nenhum elemento que gere dúvida sobre o referido abatimento, não havendo falar em danos materiais e morais indenizáveis. A pretensão de alterar tal entendimento demandaria o reexame de matéria fático-probatória, inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

2. A aplicação da inversão do ônus da prova, prevista no art. 6º, VIII, do CDC, não é automática, cabendo ao magistrado analisar as condições de verossimilhança das alegações e de hipossuficiência, conforme o conjunto fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado na via estreita do recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator